



## **Relato da reunião ordinária do CD EPSJV 19 de novembro de 2020**

PAUTA

### **Rede Provoc de Iniciação Científica**

A coordenadora do Lic-Provoc apresentou ao CD EPSJV a proposta de nomear a rede de Iniciação Científica como "Rede Provoc Luiz Fernando Rocha Ferreira da Silva", homenageando um dos fundadores da Escola e idealizadores do Programa de Vocação Científica (Provoc) da Fiocruz, do qual a EPSJV é coordenadora desde a criação do programa.

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, a homenagem a Luiz Fernando e o novo nome da rede de iniciação científica.

### **Bolsa de complementação salarial**

A Direção e a coordenadora do Laborat apresentaram a demanda da servidora Márcia Lopes para o pagamento de uma bolsa de complementação salarial, em parcela única, por atividade já realizada no Projeto ProfSaúde - Mestrado Profissional em Saúde da Família.

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, a concessão da bolsa.

### **Encaminhamentos da CTEI sobre propostas para o CTNMS**

O vice-diretor de Ensino informou que a CT de Ensino da EPSJV vem discutindo sobre o ensino remoto para os alunos do Curso Técnico de Nível Médio em Saúde (CTNMS) e também debatido sobre o ensino remoto emergencial para os outros cursos da Escola que estão em andamento nessa modalidade atualmente.

Em relação ao CTNMS, na CTEI realizada no dia 12 de novembro, foram definidas duas propostas para serem apresentadas para deliberação do CD EPSJV.

A coordenadora da Cogetes informou que as discussões na CTEI foram precedidas também de debates na Cogetes ampliada e apresentou ao CD EPSJV as duas propostas sobre a transição para atividades presenciais de ensino. São elas:

- Permissão para que estudantes em situação de vulnerabilidade ou com falta de acesso às atividades do ensino remoto emergencial possam usar salas (114,115, 116 e 117) e tendas da EPSJV a partir de 23 de novembro de 2020.
- Planejamento para a realização de estágios e atividades práticas, exclusivamente com a 4ª série, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

A coordenadora informou que, de acordo com levantamento realizado pela EPSJV, atualmente, quatro estudantes se encontram na primeira situação e apenas eles iriam frequentar a Escola neste momento.

Ela destacou que a efetivação dessas propostas está vinculada ao contexto epidemiológico da cidade do Rio de Janeiro que, em 12 de novembro, estava com estabilidade reduzida na transmissão, mas, que agora, as informações indicam que a transmissão vem crescendo no município, assim como a ocupação de leitos de UTI e o número de óbitos.

A coordenadora reconheceu que, ao mesmo tempo em que considera fundamental criar um contexto que seja possível acolher estudantes em situação de vulnerabilidade, também está claro que isso não pode ser possível em um momento de aumento da transmissibilidade, por isso, é preciso ter cautela em relação às decisões que serão tomadas. Ela sugeriu que o CD EPSJV delibere sobre o mérito das propostas, mas que não seja definida uma data para a implantação delas.

O coordenador do Lires disse que não há consenso entre os epidemiologistas sobre se o Brasil está passando por uma segunda onda ou por um repique de casos, ainda dentro da primeira onda, por conta da flexibilização das atividades no município.

Ele sugeriu que a EPSJV crie uma Sala de Situação para fazer um monitoramento e discutir internamente sobre as decisões a serem tomadas para o retorno das atividades presenciais de Ensino.

A coordenadora do Lateps disse que não considera o atendimento da demanda dos quatro estudantes, que estão em situação mais vulnerável, um retorno das atividades presenciais e que eles deveriam ter suas necessidades atendidas. Ela questionou o que acontecerá com esses alunos e disse que a Escola precisa ter clareza que está assumindo a responsabilidade coletiva pelo déficit de aprendizagem desses estudantes.

Ela disse ainda que o CD EPSJV demorou a decidir sobre esse assunto, que já foi trazido ao Conselho pela Cogetes há tempos, mas que não teve um encaminhamento efetivo que permitisse o acompanhamento desses alunos mais vulneráveis em contextos mais propícios que os atuais, do ponto de vista epidemiológico.

Ela defendeu que os quatro estudantes apontados pela Cogetes sejam acolhidos pela Escola e tenham suas demandas atendidas.

O coordenador do Labform disse que a demora em decidir sobre o assunto tem relação com a insegurança das pessoas em tomarem decisões diante de um cenário de tantas incertezas. Ele disse que o Labform concorda com o mérito da primeira proposta, desde que em um contexto de estabilidade reduzida na transmissão e que, neste momento, o laboratório não considera adequado que esses alunos sejam recebidos na EPSJV.

A coordenadora do Lic-Provoc disse que é preciso pensar no que vai ser feito para atender esses quatro estudantes e sugeriu que uma das possibilidades seria oferecer material impresso para eles, enquanto não puderem acessar o ensino remoto emergencial.

Ela disse ainda que é preciso pensar o que as atividades presenciais representam também em relação aos trabalhadores, que terão que ir à Escola para atender a esses estudantes. A coordenadora disse que é importante pensar em uma forma de

acolhimento dos alunos, mas que o cenário do Rio de Janeiro ainda é muito instável e com patamar alto para possibilitar o retorno presencial.

A coordenadora do Laborat disse que o laboratório considera importante acolher esses estudantes mais vulneráveis, mas, ao mesmo tempo, reconhece que a situação epidemiológica ainda não é segura o suficiente para permitir o retorno presencial. Ela destacou que evitar uma circulação maior de pessoas na Escola é uma forma de preservar a vida das pessoas.

A coordenadora do Labgestão disse que o laboratório considera a situação dramática e complexa e que considera a volta dos quatro alunos uma excepcionalidade e não um retorno às atividades presenciais, mas que o momento epidemiológico atual não traz segurança. Defendeu, então, que essa decisão seja adiada.

A Direção disse que, até o momento, haviam surgido duas propostas nas discussões: não reabrir a Escola para os quatro alunos em situação vulnerável, ou considerar que a volta delas não é uma reabertura, mas uma excepcionalidade como defendido pela coordenadora do Lateps.

A coordenadora do Lateps disse que seu objetivo não era defender uma proposta, mas sim, fazer um questionamento. Ela disse que o Lateps não está envolvido diretamente no Ensino Médio e que, por isso, considera delicado fazer uma proposta em relação a isso. Ela disse que, em sua avaliação, o importante é que o CD EPSJV se posicione coletivamente sobre o assunto.

A coordenadora da Cogetes disse que considera importante que o CD EPSJV seja subsidiado com informações epidemiológicas para tomar suas decisões e que concorda com a avaliação da coordenadora do Lateps que a Escola perdeu tempo em não ter tomado a decisão sobre o CTNMS em um contexto mais favorável do ponto de vista epidemiológico. Ela sugeriu que o CD EPSJV volte a discutir o assunto em duas semanas.

O vice-diretor de Ensino reforçou que é importante voltar a discutir o assunto quando o contexto epidemiológico for mais favorável e que a VDEI faz um monitoramento permanente da situação dos alunos, principalmente, daqueles que estão em situação mais vulnerável. Disse ainda que a EPSJV está em contato com a VPEIC que tem apoiado as decisões tomadas pela Escola em relação ao ensino. Ressaltou ainda que é importante que o CD EPSJV referende as decisões da Escola sobre o assunto.

A coordenadora do Latec disse que, desde o início da pandemia, o laboratório tem se colocada à disposição da Escola para contribuir para a abertura segura da EPSJV. Ela destacou que a situação atual é preocupante, com a segunda onda avançando na Europa e que isso também chegará ao Brasil.

A coordenadora disse que o Latec concorda com a discussão do mérito sobre os alunos que estão em situação mais vulnerável, sempre levando em consideração a situação epidemiológica.

A coordenadora do Laborat perguntou se, no caso do CD EPSJV, aprovar o mérito da proposta, significa que está pré-aprovado o fato de que os alunos mais vulneráveis, do Ensino Médio, voltarão à Escola quando a situação epidemiológica permitir. Ela disse que a situação também é dramática em outros cursos, como o CTACS, e sugeriu que seja feito um levantamento da situação dos alunos dos outros cursos.

A coordenadora da Cogetes disse que a Escola está levando em consideração os indicadores propostos no "Manual sobre biossegurança para reabertura de escolas no contexto da Covid-19". Disse ainda que a Escola deve acolher as dificuldades dos alunos de todos os cursos.

O coordenador do Labform concordou que alunos de outros cursos também devem ser acolhidos e ressaltou que, nesse caso, com a volta de mais alunos, é preciso pensar em alguma coisa mais próxima de um retorno, do que apenas o atendimento de situações excepcionais.

Ele disse ainda que, para o CD EPSJV assumir o papel de Sala de Situação é necessário que o grupo seja subsidiado com dados epidemiológicos para tomar suas decisões. O coordenador do Labform sugeriu que a Direção assumira o papel de Sala de Situação e tome as decisões que forem necessárias.

A Direção disse que as decisões são sempre pautadas em notas técnicas da Fiocruz e dados oficiais e que a Sala de Situação não precisaria ser formada por todo o CD EPSJV, mas apenas por um grupo menor de conselheiros. Destacou ainda que a EPSJV tem uma estrutura física que poucas escolas do país possuem e que pode propiciar uma volta mais segura aos estudantes.

O coordenador do Lavsa disse que a proposta da Sala de Situação é importante, mas que não deve ser formada por todo o CD EPSJV, pois tem uma dinâmica diferente e precisa tomar decisões mais ágeis. Ele defendeu que a Escola faça a tentativa de implantar a Sala de Situação, com reuniões semanais, para subsidiar o CD EPSJV.

O coordenador do Lires defendeu que seja aprovado o mérito da proposta de atender os alunos em situação mais vulnerável, assim que for possível, e disse que a Sala de Situação pode ser um recurso para fazer um monitoramento da situação epidemiológica e contribuir para a tomada de decisões do CD EPSJV.

A coordenadora do Laborat perguntou se a Escola, em vez de criar mais uma instância, não poderia pedir o apoio da Sala de Situação da Fiocruz.

A Direção disse que o grupo que acompanha a implantação do Plano de Retorno da Escola, coordenado pela chefe de gabinete, já cumpre, de certa forma, a função de Sala de Situação, embasado pelas notas técnicas e dados oficiais, e que, portanto, criar mais uma instância, seria um sobretrabalho. Disse ainda que a Escola pode fazer articulações com o grupo que já faz parte da Sala de Situação da Fiocruz.

Em seguida, o CD EPSJV deliberou sobre o mérito da proposta apresentada pela Direção, com o seguinte resultado:

A favor – Direção, Lateps, Lavsa, Labform, Latec, Lires, Labgestão  
Abstenção – Laborat, Labman, Lic-Provoc

## INFORMES

### **Apresentação do Grupo de Trabalho para elaboração de uma política institucional de movimentação de trabalhadores**

A Direção informou que o GT responsável pela elaboração de um documento para definir uma política institucional de movimentação de trabalhadores na EPSJV não conseguiu finalizar o processo. Assim que o documento for concluído, será discutido no CD EPSJV.

O vice-diretor de Pesquisa, que coordena o GT, disse que o grupo fez uma versão preliminar do documento, com temas que eles avaliam que devem ser incluídos, mas que ainda será feita a versão final do documento.

A coordenadora do Laborat disse que está causando incômodo no laboratório o fato de as movimentações de trabalhadores estarem impedidas até que a política institucional de movimentação seja definida, impedindo que o trabalhador exerça seu direito de se movimentar. Ela propôs que o CD EPSJV delibere sobre a possibilidade de o trabalhador poder voltar a se movimentar, independente da aprovação da política institucional.

A Direção disse que a proposta da coordenadora do Laborat não era procedente e que o documento seria discutido em breve pelo CD EPSJV.

A coordenadora do Laborat disse que o laboratório sugeriu que as movimentações sejam liberadas para que o documento não fosse discutido e aprovado às pressas.

### **Migração dos sites institucionais para o portal gov.br**

A coordenadora da CCDE informou que o governo federal informou à Fiocruz que o prazo para a migração do Portal Fiocruz para o Portal gov.br foi estendido, mas que não deu uma data para o término desse prazo. A resposta veio depois de uma solicitação da Fiocruz para que esse prazo fosse ampliado, em função do excesso de trabalho na Fundação por causa da pandemia.

O assunto ainda não foi pautado no CD Fiocruz, mas a vice-presidente de Educação e Comunicação disse que iria pautar o tema na reunião de dezembro do Conselho Deliberativo da Fiocruz.

A Direção informou que havia marcado a reunião com os diretores da ENSP e do ICICT para tratar do assunto, como definido na última reunião do CD EPSJV, mas que teve que ser desmarcada devido à reunião do CD Fiocruz sobre o processo eleitoral. A Direção tentaria agendar outra reunião em breve.

### **Processo Eleitoral para Presidência da Fiocruz**

A Direção informou que a participação dos servidores na votação da eleição para a Presidência da Fiocruz, que acontecia naquela semana, já havia superado a média das últimas eleições. Até aquele momento, 88% dos servidores já tinham votado, superando a média de 82% de participação.

A Direção destacou que essa participação demonstrava a defesa do processo democrático por parte dos trabalhadores da Fiocruz.

### **Cápsula do Tempo**

O vice-diretor de Gestão lembrou ao CD EPSJV a questão da cápsula do tempo da Escola, que foi encontrada pela equipe da Covic durante as obras realizadas na tubulação do campus. Segundo os relatos, a cápsula estava submersa na água e os documentos que estavam dentro dela estavam danificados.

A EPSJV relatou o caso à Covic e solicitou a apuração do caso. A equipe de Segurança enviou um relatório à EPSJV, mas a Escola ainda aguarda o relatório final da Covic sobre a questão.

O representante do Lateps disse que, em sua avaliação, o caso deve ser remetido à Presidência da Fiocruz para apuração de responsabilidades, pois não cabe à Cogic apurar uma infração cometida por ela mesma. Ele considera que houve descaso e descuido da Cogic com a situação e que a equipe da obra deveria ter chamado a Direção da Escola antes de retirar a cápsula do local onde ela se encontrava.

Ele disse que a cápsula tem um valor afetivo importante para a Escola, pois foi feita no lançamento da pedra fundamental da sede atual da EPSJV, e sugeriu que esse tema seja ponto de pauta do CD EPSJV.

O vice-diretor de Gestão disse que, assim que a Direção receber o relatório final da Cogic, a Escola vai tomar as providências necessárias e trazer a questão novamente ao CD EPSJV para os próximos encaminhamentos.

### **Professora de física contratada no lugar do Jairo Dias para o CTNMS**

O vice-diretor de Ensino informou que a professora de Física, Olga Eliana Severino Dick, que substituiu o professor Jairo Dias desde sua licença média e também após sua morte, foi efetivada na Escola e continuará a compor a equipe do Labform.

### **Férias**

O vice-diretor de Gestão informou que houve alguns problemas para a marcação de férias dos docentes terceirizados pela empresa GA, mas que já estava tudo solucionado. Solicitou ainda que os docentes terceirizados pela GA, que ainda não marcaram suas férias, o façam o mais breve possível.

### Presentes

Alexandre Moreno (Labman)  
Alexandre Pessoa (Lavsa)  
Ana Lúcia Soutto Mayor (Lic-Provoc)  
Anakeila Stauffer (Direção)  
André Dantas (Labform)  
André Malhão (Lateps)  
Camila Borges (Laborat)  
Carlos Maurício (VDEI)  
Etelcia Molinaro (Latec)  
Helifrancis Condé (CCI)  
Ingrid D'avilla (Cogetes) - convidada  
Isabela Cabral (Lic-Provoc)  
José Orbílio (VDGDI)  
Marise Ramos (Lateps)  
Páulea Zaquini (Lic-Provoc)  
Raphael Mendonça (Lires)  
Raquel Moratori (Labgestão)  
Sergio Oliveira (VDPDT)